



NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS NEDETS NA PROMOÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL

José Viturino dos Santos Neto
Universidade Federal da Paraíba

Josias de Castro Galvão
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Essa produção é resultante de intensa pesquisa documental e das narrativas dos principais coordenadores dos Núcleos e do coordenador geral do projeto. Foi realizada por meio de pesquisa de Iniciação Científica com financiamento do CNPQ e UFPB. No intuito de alavancar o desenvolvimento rural sustentável, a partir de 2003, o Governo Federal lançou as políticas públicas territoriais que visavam a superação da pobreza e mitigação das desigualdades no campo. Posteriormente, em 2015, objetivando contribuir para a consolidação da abordagem territorial das políticas públicas como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, surgiram os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), criados por meio da Chamada Pública Nº 11/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM-PR). Nesse contexto, as Universidades Federais, Estaduais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passaram a integrar e assessorar as políticas territoriais, uma vez que estas instituições assumiram o papel de coordenar os NEDETs. Na Paraíba, criou-se a Rede da Baixada Litorânea, que contemplou a criação de Núcleos de Extensão nos Territórios Rurais Piemonte da Borborema (TRPB) e Vale do Paraíba (TRVP), e nos Territórios da Cidadania Zona da Mata Norte (TCZMN) e Zona da Mata Sul (TCZMS). Objetivou-se, no presente trabalho, analisar a memória documental da atuação dos NEDETs, criados no TRPB e no TCZMS, na articulação dos agentes sociais e políticos para o avanço da política de desenvolvimento territorial nos territórios em questão, adotando a pesquisa qualitativa de abordagem documental como metodologia deste trabalho. Constatou-se que foram diversas as contribuições dos NEDETs para o desenvolvimento da política territorial em ambos os territórios, agregando novos atores, técnicas, abordagens e práticas que deram uma nova guinada nas ações que vinham se desenvolvendo, mas que não puderam ampliar-se devido à descontinuidade dos NEDETs, fruto do fim da política territorial após o golpe político/jurídico/midiático de 2016. Como resultado, conclui-se que as ações dos Núcleos nesses territórios permitiram não só a articulação entre as entidades sociais e políticas, mas a construção da base territorial de autonomia e de conquistas pouco vistas na sociedade paraibana.

Palavras-chave: Política Territorial, Territórios Rurais e da Cidadania, NEDET.

EXTENSION NUCLEUS IN TERRITORIAL DEVELOPMENT: A STUDY OF THE PERFORMANCE OF NEDETS IN PROMOTING DEVELOPMENT POLICY IN THE RURAL

ABSTRACT

This production is the result of intense documentary research and the narratives of the main coordinators of the Centers and the general coordinator of the project. It was carried out through Scientific Initiation research with funding from CNPQ and UFPB. In order to leverage sustainable rural development, as of 2003, the Federal Government launched territorial public policies aimed at overcoming poverty and mitigating inequalities in the countryside. Later, in 2015, aiming to contribute to the consolidation of the territorial approach of public policies as a sustainable development strategy for Rural Brazil, the Extension Centers for Territorial Development (NEDETs) emerged, created through Public Call No. 11/2014 of the Council National Institute for Scientific and Technological Development (CNPq), in partnership with the Ministry of Agrarian Development (MDA) and the Secretariat for Public Policies for Women (SPM-PR). In this context, the Federal and State Universities and the Federal Institutes of Education, Science and Technology began to integrate and advise on territorial policies, since these institutions assumed the role of coordinating the NEDETs. In Paraíba, the Baixada Litorânea Network was created, which included the creation of Extension Centers in the Rural Territories Piemonte da Borborema (TRPB) and Vale do Paraíba (TRVP), and in the Territories of Citizenship Zona da Mata Norte (TCZMN) and Zona da Mata Sul (TCZMS). The objective of this work was to analyze the documentary memory of the performance of the NEDETs, created in the TRPB and in the TCZMS, in the articulation of social and political agents for the advancement of the territorial development policy in the territories in question, adopting a qualitative research approach documentary as the methodology of this work. It was found that the contributions of the NEDETs to the development of territorial policy in both territories were diverse, adding new actors, techniques, approaches and practices that gave a new turn to the actions that had been developing, but that could not be expanded due to the discontinuity of the NEDETs, a result of the end of the territorial policy after the political/legal/mediatic coup of 2016. As a result, it is concluded that the actions of the Nuclei in these territories allowed not only the articulation between social and political entities, but the construction of the territorial base of autonomy and achievements little seen in Paraíba society.

Keywords: Territorial Policy, Rural Territories and Citizenship, NEDET.

INTRODUÇÃO

A criação, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi um marco para as políticas públicas do campo. Tal feito implicou na reestruturação das políticas de desenvolvimento dos espaços rurais e foi responsável pela adoção da abordagem territorial em certas políticas públicas.

Segundo Guimarães Neto (2010), a emergência da abordagem territorial se justificou pela necessidade do Governo Federal em promover: uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável do campo; carência do ponto de vista da articulação e integração de ações de desenvolvimento nos espaços rurais; exigência de novas abordagens que dessem conta das realidades do Brasil rural à época e; o reconhecimento da ascensão da presença de novas dinâmicas espaciais, com destaque para o estreitamento de laços entre o rural e o urbano.

O enfoque territorial remodelou as políticas rurais, trazendo uma perspectiva de integração das políticas públicas e “unindo” os municípios, prezando, a partir da escala territorial (intermunicipal), por ações coletivas. Os territórios que vieram a se formar se constituíram de aglomerados de municípios adjacentes, conforme critérios predefinidos – proximidades e semelhanças no sentido social, político, econômico e cultural, elevado nível de pobreza, presença de beneficiários de programas sociais, existência de agricultores familiares etc. –, objetivando a eleição de projetos que trabalhassem com a diminuição da pobreza e aceleração do desenvolvimento (ORTEGA, 2016).

A abordagem territorial ganhou forma, ainda em 2003, com a criação dos Territórios Rurais, instituídos de acordo com o Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais (PRONAT). No bojo de sua articulação, o objetivo maior do programa foi o desenvolvimento rural sustentável e a superação da pobreza e desigualdades econômicas e sociais para uma melhor qualidade de vida da população rural (BRASIL, 2005).

Mais à frente, em 2008, seguindo parte dos princípios dos Territórios Rurais, o Governo Federal concebeu uma outra política, também de caráter territorial, intitulada de Programa Territórios da Cidadania (PTC). Este programa também visava combater a pobreza e as desigualdade sociais e econômicas, através, por exemplo, da inclusão produtiva das populações locais, da integração de políticas entre as diferentes esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e da oferta de programas de transferência de renda e voltados à cidadania (BRASIL, 2008).

De modo a contribuir para a consolidação da abordagem territorial das políticas públicas como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, surgiram os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), em 2014, fruto da Chamada Pública Nº 11/2014 de apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. A chamada em questão teve como órgãos de fomento o MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM-PR). Nesse contexto, as Universidades Federais, Estaduais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passaram a integrar e assessorar as políticas territoriais, uma vez que estas instituições assumiram o papel de coordenar os NEDETs que foram criados, a partir de 2015, nos Territórios Rurais e da Cidadania.

Nesse sentido, o presente trabalho se concentra, sobretudo, em analisar a memória documental da atuação dos NEDETs, criados no Território Rural do Piemonte da Borborema (TRPB) e no Território da Cidadania da Zona da Mata Sul (TCZMS) – ambos na Paraíba –, na articulação dos agentes sociais e políticos para o avanço da política de desenvolvimento territorial nos territórios em questão, lançando mão de uma vasta revisão de documentos oficiais e de bibliografia especializada relativos aos NEDETs foco de nossa pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo caracteriza-se como pesquisa qualitativa e, tratando-se da abordagem, adotou-se a pesquisa documental, que se preocupa em analisar materiais, sejam documentos escritos ou não, que ainda não tiveram tratamento científico/analítico, o que os tornam fontes primárias que tendem a ser trabalhadas mediante os objetivos da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003; SILVA; MENDES, 2013).

Debruçando-se sobre a atuação dos NEDETs nos Territórios do Piemonte da Borborema e da Zona da Mata Sul, foram analisados documentos relativos às atas de reuniões, agendas de atividades, frequências de participação em eventos, relatórios de atividades, artigos científicos, documentos normativos da política territorial etc., que estão sinteticamente representados na Tabela 1.

Tabela 1 – Base Documental.

DOCUMENTOS PESQUISADOS	QUANTIDADE
Agenda de atividades	19
Artigos publicados	28
Atas de reuniões	57
Documentos da política territorial	08
Frequências de participação em eventos	14
Ofícios	28
Planilhas	05
Relatórios de atividades	12
TOTAL	171

Fonte: elaborado pelos autores com base no acervo documental do Gestar, 2022.

A coleta destes documentos deu-se: essencialmente, por meio do contato com os professores coordenadores dos NEDETs que são foco de nossa pesquisa; a partir da pesquisa e filtragem no acervo documental do Gestar: Laboratório de Estudos do Território e da Cultura e Etnicidade, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e; através de buscas na internet, com ênfase em sites do Governo Federal que ainda hospedam informações sobre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em seguida, destinamos esforços para investigar, por intermédio da organização, sistematização e leitura e interpretação crítica de nosso aparato documental, como: a política territorial foi gestada a partir das contribuições dos NEDETS; de que modo estavam posicionados os agentes e como desenvolveram os arranjos sociais no âmbito dos processos de tomada de decisões ligados ao desenvolvimento da política territorial; identificar quais foram os impasses e os eventuais avanços propostos pela política territorial etc. Isto, por sua vez, nos contextos específicos do Território Rural Piemonte da Borborema e do Território da Cidadania Zona da Mata Sul, bem como de seus respectivos Núcleos de Extensão.

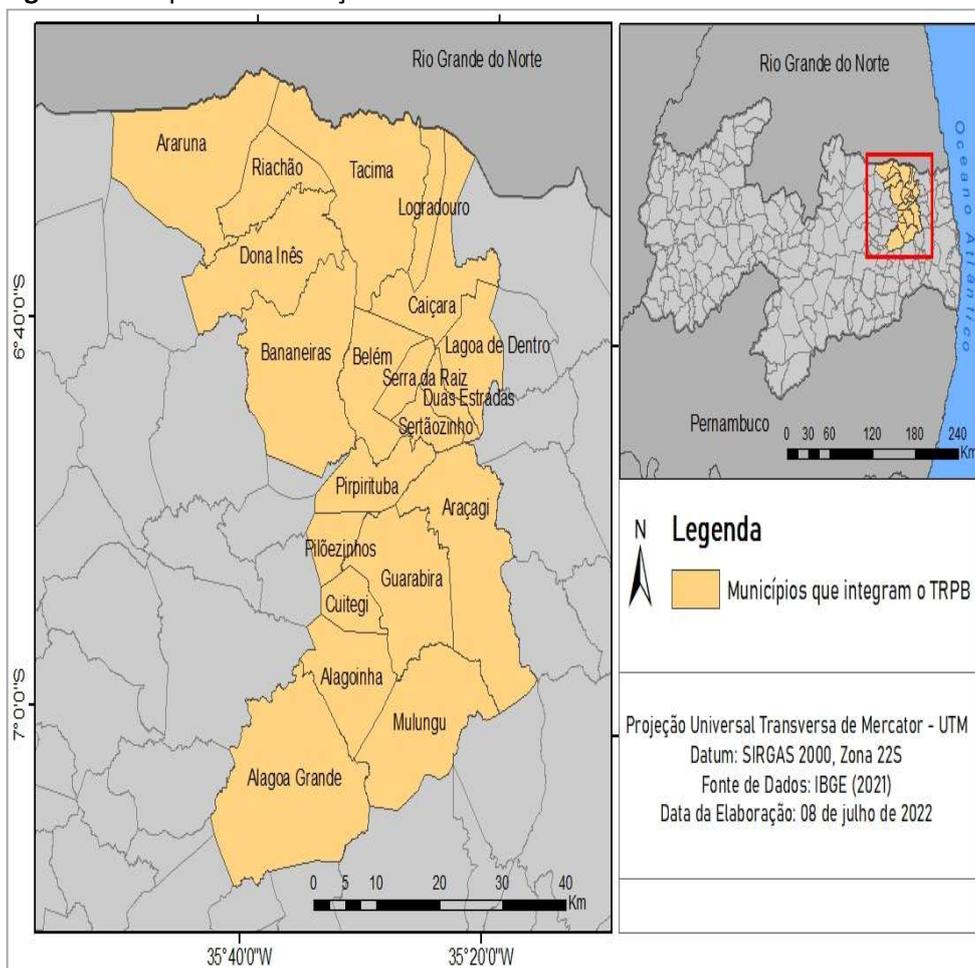
A POLÍTICA TERRITORIAL E OS NEDETS NA PARAÍBA

Após a Chamada Pública Nº 11/2014 do CNPq, foram estabelecidos vários NEDETS em boa parte do Brasil no ano seguinte¹. Na Paraíba, destacamos a criação da Rede da Baixada Litorânea, que contemplou a criação de Núcleos de Extensão nos Territórios Rurais Piemonte da Borborema (TRPB) e Vale do Paraíba (TRVP), e nos Territórios da Cidadania Zona da Mata Norte (TCZMN) e Zona da Mata Sul (TCZMS). A nossa pesquisa, no entanto, tem como objeto apenas os NEDETS dos TRPB e do TCZMS, que estavam ligados à Universidade Federal da Paraíba.

O Território Rural do Piemonte da Borborema (Figura 1) foi instituído em 2010 – sete anos depois do início do PRONAT –, oportunamente na realização do I Salão Estadual dos Territórios Rurais da Paraíba (VIEIRA; GOMES; MARQUES, 2016), que consistiu num evento de socialização de práticas e experiências, pautada na diversidade, entre os territórios. Totalizando o quantitativo de vinte municípios, compuseram o TRPB: Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Bananeiras, Belém, Caiçara, Cuitégi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Sertãozinho e Tacima.

A formação do TRPB foi estabelecida por critérios predeterminados, fundamentando-se, precipuamente, no conceito de território que foi adotado pelo PRONAT para instrumentalizar a política territorial, que se define como:

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 07).

Figura 1 – Mapa de Localização do Território Rural do Piemont da Borborema.

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

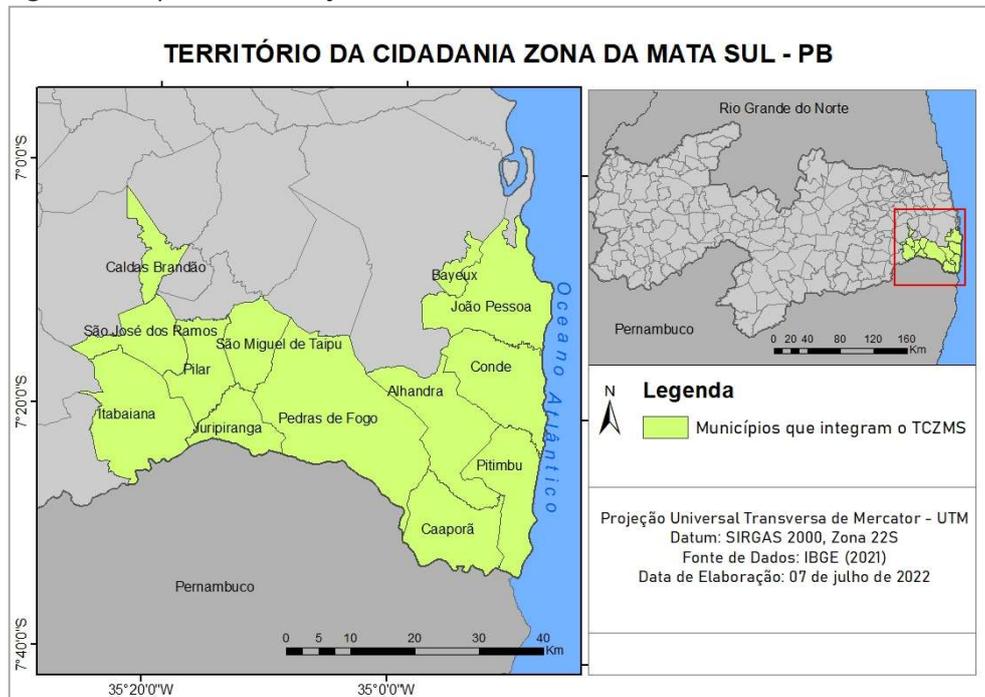
Tratando-se do Território da Cidadania Zona da Mata Sul (Figura 2), tem-se a abrangência de uma área de 1.877,9 km², que corresponde a 3,3% do território da Paraíba e que fora composto pelos seguintes municípios: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Caldas Brandão, Conde, Itabaiana, João Pessoa, Juripiranga, Pedras de Fogo, Pilar, Pitimbu, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu.

A criação do TCZMS também foi guiada pela abordagem territorial, de modo não muito diferente do que estava previsto no bojo das políticas do PRONAT, considerando, contudo, um conjunto de condicionantes que foram cruciais para definição dos territórios dentro do PTC:

Menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de

beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (BRASIL, 2008, p. 02).

Figura 2. Mapa de Localização do TCZMS.



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

A criação do TCZMS também foi guiada pela abordagem territorial, de modo não muito diferente do que estava previsto no bojo das políticas do PRONAT, considerando, contudo, um conjunto de condicionantes que foram cruciais para definição dos territórios dentro do PTC:

Menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (BRASIL, 2008, p. 02).

Almejando o desenvolvimento descentralizado e endógeno dos territórios, sejam eles rurais ou da cidadania, buscou-se estabelecer uma política em que fosse

possível ampliar os níveis de organização, mobilização e autogestão das populações locais nos seus respectivos territórios (BRASIL, 2003). E, para tanto, o TRPB e TCZMS eram acompanhados de Colegiados Territoriais, isto é, uma instância colegiada deliberativa responsável pelo processo de gestão, controle e planejamento social das políticas públicas. Foi um espaço político e participativo, que visava deliberar sobre os caminhos do desenvolvimento rural dos territórios.

Os colegiados compuseram-se, fundamentalmente, de modo paritário, ou melhor, metade de seus integrantes faziam parte da sociedade civil, e a outra metade eram representantes do poder público. A sua estrutura era comumente definida em: Plenária; Núcleo Diretivo e; Núcleo Técnico. A Plenária possuía certa autonomia e capacidade de deliberar sobre decisões relevantes e essenciais para o território. O Núcleo Diretivo se preocupava em estruturar o processo de desenvolvimento do território, tais como as ações de planejamento, ação, gestão e avaliação que ocorriam nos territórios. E, por fim, o Núcleo Técnico se conformava no espaço de apoio técnico para execução dos objetivos propostos pelos territórios e pela construção e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) – documento normativo que orientava as políticas, práticas, objetivos e ações executadas no âmbito dos Territórios Rurais e da Cidadania.

Nesse sentido, os NEDETs implantados nos territórios trabalhados em nossa pesquisa serviram de unidades cuja função primordial foi a de fornecer apoio às ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e atores sociais dos Territórios Rurais e da Cidadania. E, para alcançar tal contribuição, estes Núcleos de Extensão atuaram em diversas frentes, estruturando-se de modo a atender às necessidades dos territórios e conforme a disponibilização de recursos.

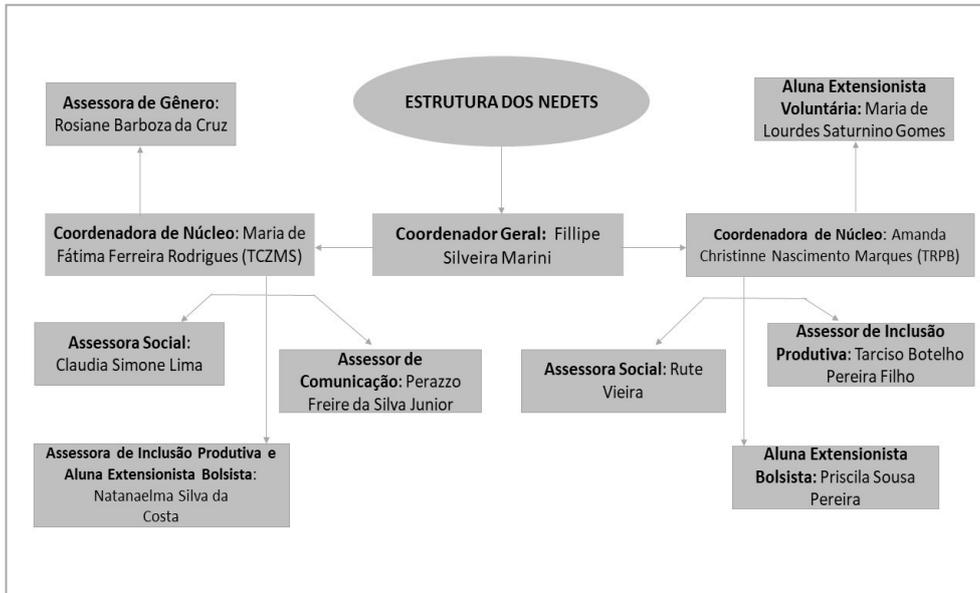
Assim, a estrutura dos NEDETs (Figura 3) seguiu, em grande medida, quase a mesma forma de organização, sendo compostos por: um Coordenador Geral – coordenador da Rede da Baixada Litorânea –, prof. Dr. Filipe Silveira Marini, professor da UFPB; uma Coordenadora de Núcleo no Território Rural Piemonte da Borborema, Profa. Dra. Amanda C. N. Marques, professora da UFPB, e demais assessores e alunos extensionistas; e uma Coordenadora de Núcleo no Território da Cidadania Zona da Mata Sul, Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, professora da UFPB, e demais assessores e alunos extensionistas.

A existência de diferentes assessorias entre os NEDETs como, por exemplo, a presença de Assessorias de Comunicação e de Gênero nos TCZMS, deu-se em função de duas justificativas: primeiramente, a Assessoria de Comunicação foi algo excepcional, isto é, ela é resultado de recursos adicionais obtidos pelo NEDET, destinando-os à criação de mais uma assessoria; já a criação de Assessorias de Gênero estava direcionada apenas aos Territórios da Cidadania Zona da Mata Sul e Zona da Mata Norte.

Os NEDETs tiveram um período de atividade que perdurou entre 2015 e a primeira metade de 2017, sendo o golpe político/jurídico/midiático responsável pelo desmonte da política territorial após Michel Temer assumir a presidência da

república, extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e inviabilizar as políticas, ações e projetos que até então estavam em curso.

Figura 3 – Membros dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

No entanto, apesar do curto período de vida, analisando a sua memória documental, é notório que os Núcleos de Extensão foram responsáveis por trazer uma nova dinâmica dentro da política territorial e contribuições significativas para o desenvolvimento dos seus respectivos territórios. Buscamos analisar a atuação de cada um dos NEDETS, iniciando, a priori, com o TRPB e, na sequência, debruçando-se sobre o TCZMS.

O NEDET DO PIEMONTE DA BORBOREMA

O NEDET do Território Piemonte da Borborema iniciou os seus trabalhos em 2015. Suas principais atividades foram: realização reuniões ordinárias, reuniões com prefeituras, coleta de dados e informações sobre o território; iniciativas de assistência técnica e extensão rural que já estavam em curso na área de atuação do Colegiado Territorial e; organização e articulação entre as instituições públicas (MDA, Universidades, Prefeituras), movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações, cooperativas, etc. (JESUS et al., 2015; PEREIRA FILHO; PEREIRA; MARQUES, 2016).

Na perspectiva política, houve a aproximação do NEDET com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o Projeto de Infraestrutura e Serviços (PROINF), em que o assessoramento técnico do Núcleo de Extensão foi estratégico

para um melhor direcionamento, implementação e avaliação destas políticas no território.

No caso do PNAE, parte dos municípios do TRPB não vinham cumprindo com a obrigação, disposta na Lei 11.947, de compra de 30% dos produtos advindos da agricultura familiar:

Através da publicação dos dados da agricultura familiar foi possível monitorar os municípios que estavam a cumprir o que determina o Art. 14 da Lei 11.947. Em relação ao conjunto das vinte Entidades Executoras do Território Piemonte da Borborema durante o ano de exercício de 2011, trinta por cento (30%) não executaram as compras de produtos alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para a merenda escolar (PNAE). Nos anos de 2012, 2013 e 2014 este percentual foi de vinte por cento (20%), trinta e cinco por cento (35%) e dez por cento (10%) respectivamente (VIEIRA; GOMES; MARQUES, 2016, p. 06).

O acompanhamento e assessoramento do NEDET buscou entender quais as dificuldades e limitações dos municípios para cumprir com o percentual mínimo de compra de alimentos da agricultura familiar, bem como procurou meios de sanar esta problemática, principalmente no caso do município de Belém, que “(...) durante os quatro anos consecutivos (2011, 2012, 2013 e 2014) não executaram o mínimo de trinta por cento (30%) de aquisição da agricultura familiar para merenda escolar.” (VIEIRA; GOMES; MARQUES, 2016, p. 05).

No contexto do PROINF, conforme o relatório de inclusão produtiva e gestão social do Núcleo de Extensão, articularam-se reuniões entre a comissão executiva do território e o NEDET, as quais objetivaram criar propostas de projetos que vieram a concorrer na chamada pública dos Projetos de Infraestrutura e Serviços do MDA. Posteriormente, na segunda Plenária do Colegiado Territorialⁱⁱ, aprovou-se a proposta do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar pela prefeitura de Belém. Por conseguinte, fora elaborado, em parceria do NEDET com a prefeitura de Belém, o projeto do Centro de Comercialização, que foi aprovado pela SDT/MDA em 2015 e teve sua execução na primeira metade de 2016.

Para melhor trabalhar a gestão social do território e ampliar a participação política dos diferentes atores – isto é, com foco na demanda político-social e representativa de certos grupos –, foi criado, em 2016, com o apoio e assistência do NEDET, quatro grupos temáticosⁱⁱⁱ no território: Comitê de Gênero; Comitê de Povos e Populações Tradicionais; Comitê da Juventude Rural e; Câmara de Inclusão Produtiva.

Tal feito merece destaque por reforçar o caráter horizontal da política territorial, estabelecendo meios para garantia da representação e da legitimidade da diversidade e participação popular no território. Sobre isso, Pereira Filho et al. (2016) reitera nosso argumento quando pontua que:

Sua grande importância dar-se por serem grupos temáticos criados para além do Plenário do Colegiado Territorial com vistas à condução de atividades, bem como acompanhar e articular ações e políticas públicas direcionadas para grupos sociais específicos. Com funções específicas das atividades setoriais em cada uma das áreas definidas, os comitês [e a câmara] desempenham importante papel na interlocução em suas áreas de competências (PEREIRA FILHO et al., 2016, p. 03).

De acordo com Pereira Filho, Pereira e Marques (2016), os grupos temáticos se reuniram periodicamente, seguindo um calendário próprio em diferentes municípios, em que estabeleceram encontros cujo objetivo foi realizar momentos de formação, discussão e demandas que dizem respeito aos variados atores sociais e territoriais, calcados na perspectiva do desenvolvimento rural e territorial.

Isto, por sua vez, se confirma quando analisamos a agenda de atividades destes grupos temáticos através do Quadro 1, que sintetiza algumas de suas atividades ao longo de 2016 e 2017 e revela diferentes periodicidades mediante demandas e objetivos de cada grupo temático – que possuíam total autonomia para se organizar e trabalhar de modo que bem entendessem.

Quadro 1 – Encontros dos Grupos Temáticos.

DATA	COMITÊ DE GÊNERO	COMITÊ DE POVOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS	COMITÊ DE JUVENTUDE RURAL	CÂMARA DE INCLUSÃO PRODUTIVA
05-2016	1ª Reunião	-	-	-
06-2016	2ª Reunião	-	-	-
07-2016	3ª Reunião	-	-	1ª Reunião
08-2016	4ª Reunião	1ª-2ª-3ª Reunião	-	-
09-2016	5ª Reunião	4ª Reunião	1ª Reunião	-
10-2016	6ª Reunião	5ª Reunião	2ª Reunião	-
11-2016	-	-	-	-
12-2016	-	-	-	-
01-2017	-	-	-	-
02-2017	-	-	-	-
03-2017	-	-	3ª Reunião	-
04-2017	-	6ª Reunião	-	-

Fonte: elaborado pelos autores com base no acervo documental do Gestar, 2022.

Além das reuniões dos Grupos Temáticos, também foram realizadas formações e oficinas^{iv}, principalmente nos comitês de gênero e de povos e populações tradicionais, que se consolidaram, de fato, em momentos de conscientização e participação política e cidadã, empoderamento e representação dos diferentes atores e de construção de uma identidade territorial coletiva e individual.

O NEDET do TRPB também esteve à frente da mobilização, organização e realização de Plenárias Territoriais e eventos durante o seu período de atividade. Ainda em 2015, realizou, de modo conjunto com os outros NEDETs da Baixa Litorânea, o I Seminário Multiterritorial: Políticas Públicas, Agroecologia e Economia Solidária (Figura 4), o qual reuniu 178 atores territoriais no município de Bananeiras. O seminário estruturou-se em Grupos de Trabalho e Socialização em Plenária. Pode-se dizer que foi um momento ímpar para o Território Rural Piemonte da Borborema, uma oportunidade de trocas de vivências e experiências entre os sujeitos territoriais, além de servir como instrumento de avaliação dos avanços e desafios da política territorial não apenas por parte do NEDET, mas de todos que integravam o território.

Figura 4 – I Seminário Multiterritorial.



Fonte: acervo documental do Gestar.

Nesse mesmo sentido, elenca-se alguns outros eventos (Quadro 2) cuja participação do NEDET foi primordial, e que em nosso olhar, trouxeram contribuições tão ou mais relevantes quanto ao evento acima citado, tais como a mobilização, conscientização e organização política dos atores sociais; fortalecimento da política territorial; aproximação entre os diferentes territórios e atores; fomento de uma identidade territorial (relação de pertencimento) etc.

Quadro 2. Eventos Ligados ao NEDET do TRPB.

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO
10-2015	Seminário de Avaliação do PNAE.	Realizado na sede do INTERPA, com a presença da Emater, Ministério Público Federal, Secretaria de Educação do Estado, Ministério do Desenvolvimento Agrário, agricultores familiares e integrantes do NEDET.
04-2016	2ª Conferência Estadual de ATER.	O NEDET do Território Piemonte da Borborema participa, juntamente com os delegados eleitos, da 2ª CEATER.
07-2016	Seminário Estadual do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.	Jovens do Colegiado do Território Piemonte da Borborema participaram do evento para discussão e construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.
07-2016	I Seminário Multiterritorial e Políticas Públicas para as Mulheres.	O NEDET, em conjunto com o Comitê de Gênero, realiza o primeiro seminário para discutir, especificamente, políticas públicas para as mulheres do campo.
11-2016	I Semana do Pescado.	Espaço para estreitar as relações entre piscicultores, pescadores e o mercado empresarial a partir da exposição e comercialização do pescado.
02-2017	I Fórum Estadual de Coordenadores Territoriais da Paraíba.	Evento proposto para discutir temas referentes à política territorial no estado da Paraíba e criar estratégias de avanço ante os novos desafios de um contexto político adverso.
07-2017	II Seminário Multiterritorial.	Realizado no intuito de proporcionar trocas de vivências e experiências entre os sujeitos territoriais e avaliar os novos caminhos e desafios da política territorial.

Fonte: elaborado pelos autores com base no acervo documental do Gestar, 2022.

Avaliando o conjunto de atividades realizadas pelo NEDET durante o seu período de atuação, nota-se, inegavelmente, que estas foram substanciais para a consolidação e fortalecimento da abordagem territorial como mecanismo principal de desenvolvimento sustentável do Território Rural Piemonte da Borborema, com destaque para o trabalho que visou a superação das desigualdades de gênero e renda.

Reforçamos que o Núcleo de Extensão foi responsável por: articular os diferentes atores sociais, fortalecendo a coesão e gestão territorial com vistas a fomentar a autogestão; sedimentar espaços ainda mais participativos e democráticos, tornando as relações do Colegiado menos hierarquizadas e flexíveis para tomadas

de decisões horizontais e mais coletivas; levantamento de dados e informações para implementação e avaliação de políticas públicas – a exemplo do PROINF e do PNAE; apoiar o colegiado em ações de inclusão produtiva e agricultura familiar; fortalecer o colegiado por meio de ações de assessoria técnica; acompanhamento de propostas e projetos, no território, apoiados pela SDT/MDA; organizar e participar reuniões, plenárias, seminários, eventos e oficinas ligados ao TRPB e à política territorial etc.

Dentro de todas as ações do NEDET, o maior desafio residiu, apesar dos avanços, foi na gestão social e na participação dos atores. Ambas demandam de um árduo trabalho – que fora desmantelado com o fim da política territorial – que é construído, a médio e longo prazo, baseados na mobilização, conscientização, articulação e empoderamento dos atores frente às ações e necessidades do território.

O NEDET DA ZONA DA MATA SUL

Tratando-se, agora, do NEDET do território da Cidadania Zona da Mata Sul, este também permaneceu ativo entre os anos de 2015 a 2017, realizando um trabalho denso e em várias frentes. Temos um cenário semelhante ao do NEDET do TRPB, em que as diferenças se estabelecem conforme os objetivos, necessidades e contexto da política territorial e dos atores sociais de cada território.

De acordo com o relatório de inclusão produtiva e com o relatório síntese do NEDET, houve oito reuniões ordinárias – cuja participação deu-se pelos representantes do Núcleo de Extensão, sociedade civil, poder público e da Câmara Temática de Inclusão Produtiva (CTIP)^v –, entre 2015 e 2017, para sistematizar dados e informações e tratar, discutir e planejar ações atreladas aos projetos e programas de inclusão produtiva no Território da Cidadania Zona da Mata Sul.

O NEDET – mais especificamente a assessoria de inclusão produtiva, embora as assessorias trabalhassem corriqueiramente em conjunto –, juntamente com a CTIP do Colegiado Territorial do TCZMS, assumiram um papel estratégico no concernente à operacionalização e avaliação das políticas públicas de desenvolvimento do território. Foram foco do Núcleo de Extensão políticas como o Projeto de Infraestrutura e Serviços (PROINF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (COSTA et al., 2015, 2016; RODRIGUES, 2015; RODRIGUES; COSTA; MARINI, 2016).

No sentido do PROINF, destaca-se que os anos de 2013, 2014 e 2015 foram marcados por problemas contratuais e burocráticos que impediram o TCZMS de receber recursos oriundos do programa. Em 2016, o assessoramento técnico do NEDET, em conjunto com outros atores territoriais, resulta no encaminhamento, bem-sucedido, de propostas que tiveram contemplação de recursos pelo PROINF.

Assim, destaca-se que o NEDET foi um dos agentes que atuou para a aquisição de verba para reestruturação de dois Centros Integrados da Agricultura Familiar (CIAF), em Alhandra e Pedras de Fogo, criação de uma Central de Comercialização

da Agricultura Familiar (CECAF), em João Pessoa, além da obtenção de maquinário especializado para produção agrícola, veículos, dentre outras coisas, com fim a entender os agricultores familiares do TCZMS. Ademais, houve um extenso trabalho de pesquisa, visita, monitoramento e avaliação dos projetos e beneficiários do PROINF, no intuito de acompanhar o desenvolvimento da política no território e ampliar a sua eficácia.

No caso do PNAE e do PAA, um dos principais trabalhos do NEDET foi o monitoramento e execução destas políticas. De modo análogo ao caso do TRPB, a maioria dos municípios, além das escolas estaduais, do TCZMS, não estavam cumprindo com o que estabelece a Lei 11.947, que obriga a compra de, no mínimo, 30% de alimentos originários da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A solução foi pressionar as entidades gestoras e executoras, por meio de reuniões e debates, para o cumprimento do que está previsto na lei. Isto, por sua vez, teve como fruto uma compra emergencial do PNAE de João Pessoa, em 2016, e abertura para construção coletiva, com agricultores familiares, do PNAE 2017; e, no âmbito do PNAE estadual, houve um acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEE) para realização, no ano de 2017, de uma chamada unificada na 1ª Gerência Regional de Ensino – que compreende os municípios do TCZMS e TCZMN –, visando garantir, ampliar e focalizar a compra adequada dos produtos da agricultura familiar pela SEE.

E, no que tange ao PAA, ocorreu não só o acompanhamento da execução do PAA da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Estado da Paraíba, mas também a realização do PAA Institucional (2017), voltado a compras hospitalares para cinco hospitais estaduais, fruto da ação conjunta entre o NEDET, agricultores familiares, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) e Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado.

Estes feitos ajudam a revelar, desse modo, um pouco dos esforços que foram empreendidos, no campo institucional, pelo Núcleo de Extensão, garantindo a efetivação de meios para fortalecer a agricultura familiar e proporcionar o acesso aos direitos e políticas públicas essenciais, fazendo valer a sua existência e cumprindo com as suas funções para as quais foi concebido.

Percebe-se, por outro lado, que o NEDET dedicou esforços para construir e disseminar conhecimento entre os atores sociais do território, construir uma “racionalidade territorial” calcada na troca de conhecimentos (científico, técnico e popular) e experiências, por meio de oficinas, cursos, visitas de intercâmbio^{vi} e mesas de diálogo (Quadro 3)^{vii}, que se deram nas plenárias, seminários multiterritoriais, reuniões da coordenação territorial e nas câmaras temáticas e comitês setoriais.

Quadro 3 – Atividades Formativas do NEDET entre 2015 e 2016.

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
12-2015	Visita de Intercâmbio: unidade produtiva do Sr. Rivaldo – SAF.	I Seminário Multiterritorial - Bananeiras.
12-2015	Visita de Intercâmbio: unidade produtiva de Dona Isabel e Dona Irene.	I Seminário Multiterritorial - Bananeiras.
12-2015	Visita de Intercâmbio: Quilombo Senhor do Bom Fim.	I Seminário Multiterritorial - Bananeiras.
12-2015	Visita de Intercâmbio: unidade produtiva de Seu Luiz – Estratégias de Convivência com o Semiárido.	I Seminário Multiterritorial - Solânea.
03-2016	Oficina de Educação do Campo.	Plenária Territorial - Pedras de Fogo.
03-2016	Oficina de Elaboração de Projetos para Comunidades Tradicionais do TCZMS.	Plenária Territorial - Pedras de Fogo.
03-2016	Oficina de Elaboração de Projetos Agroecológicos.	Plenária Territorial - Pedras de Fogo.
03-2016	Oficina de Elaboração de Projetos Territoriais.	Plenária Territorial - Pedras de Fogo.
03-2016	Visita de Intercâmbio: unidade de beneficiamento de polpa de frutas.	Comunidade Nossa Senhora Aparecida - Gurinhém.
06-2016	Mesa de Diálogo - “A Inclusão do Jovem Rural na Educação: o desafio nos estudos acadêmicos”.	Encontro Estadual com a Juventude dos Territórios Rurais Paraibanos - Campina Grande.
06-2016	Mesa de Diálogo - “Permanência do Campo da Juventude Rural”.	Encontro Estadual com a Juventude dos Territórios Rurais Paraibanos - Campina Grande.
06-2016	Oficina de Trabalhos Manuais.	Reunião do Comitê setorial de Mulheres – Pedras de Fogo.
07-2016	Minicurso: Palmas para os Sabores da Caatinga.	I Seminário Multiterritorial de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba - Cuité.

Fonte: elaborado pelos autores com base no acervo documental do Gestar, 2022.

As atividades demonstram algumas das frentes em que o NEDET atuou no sentido do processo formativo dos atores do TCZMS, empenhando-se, com afinco, em trabalhos voltados à agroecologia, a comunidades e povos tradicionais e a questões de gênero. Sobre este último, destinou-se atenção especial, a partir da Assessoria de Gênero, atentando-se sobretudo às agricultoras familiares que, apesar de constituírem-se enquanto maioria no território, permanecem frequentemente invisíveis no que toca ao acesso de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, segregadas ou distantes dos principais espaços decisórios e de gestão e

com baixo nível de conhecimento e organização acerca dos seus direitos e garantias legais (CRUZ et al., 2015, 2016).

Constata-se, como aponta Cruz (2016), que o NEDET buscou contornar estas problemáticas, primeiramente, pesquisando e coletando dados e informações sobre a situação sociopolítica das mulheres do território – para que assim pudesse melhor agir –, adotando uma metodologia que primava pelas visitas aos municípios e as associações de mulheres ligadas à agricultura familiar, oficinas, entrevistas e conversas informais.

Dentre os feitos oriundos desse esforço investigativo, têm-se o seguinte: mapeamento de 17 grupos de mulheres que realizam algum tipo de atividade produtiva no território, mas que traz consigo, também, a percepção de que a organização e formalização das atividades produtivas encontravam-se carentes do ponto de vista político e formativo; levantamento da ausência dos órgãos e instituições públicas de atendimento à mulher no território e; sistematização dos grupos de mulheres e associações que possuem, ou não, acesso a algum tipo de política da agricultura familiar (CRUZ et al., 2016).

As ações fruto desse trabalho, e de tantos outros, que, em grande medida, tinham capacidade de se expandir, cessaram em detrimento do fim da política territorial e descontinuação dos NEDETS, em 2017. Este fim representou, na verdade, o desmonte não só do trabalho dos NEDETS do TCZMS e do TRPB, mas numa drástica regressão dos avanços que a política territorial construiu paulatinamente no campo, substituindo o progresso e as conquistas por retrocessos brutais, instalados num contexto político de involução, destruição, instabilidade e insegurança no que diz respeito ao futuro das políticas territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial nos Territórios do Piemonte da Borborema e da Zona da Mata Sul expressam, decerto, o quão valorosas e estratégicas foram as contribuições dos NEDETS para a política territorial, potencializando-a em diferentes sentidos na Paraíba e somando novos atores, técnicas, abordagens e práticas para o desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, é necessário ressaltar que a integração da Universidade Federal da Paraíba à política territorial elevou os níveis e padrões das atividades que até então eram feitas sem o apoio desta instituição, além de agregar uma série de novas contribuições que foram nitidamente tratadas nesta pesquisa.

Em ambos os Núcleos de Extensão não houve maiores entraves ou conflitos com instâncias e membros do território ou de ordem política ou burocrática que viessem a se configurar como obstáculos para a realização de seus deveres. Com efeito, os NEDETS sedimentaram, ainda mais, a descentralização das relações dentro do território, maximizando a real participação dos atores sociais e estimulando uma gestão social do território de caráter democrático e coletivo, com foco na atuação

das mulheres e dos grupos e povos que possuíam demandas específicas, bem como proporcionaram um assessoramento técnico de qualidade.

Entretanto, avalia-se que o fim da política territorial, capitaneado pelo golpe político/jurídico/midiático de 2016, não desmontou apenas toda a estrutura que dava lastro à política territorial, mas agiu de tal forma que conseguiu promover a destruição, quase que total, dos avanços alcançados em mais ou menos 13 anos de políticas de desenvolvimento rural implementadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Fruto do golpe, o contexto sociopolítico que adentrou a nossa sociedade após as eleições presidenciais de 2018 é marcado por aprofundar o desmonte das políticas de desenvolvimento rural, que teve seu início em 2016. Mais do que, após 2018 o foco das políticas de desenvolvimento rural se voltou, prioritariamente e em maior grau, a atender os grandes produtores do agronegócio. Logo, deixando claro que não havia quaisquer intenções ou perspectivas de reestruturação das políticas territoriais e que o desenvolvimento rural, baseado na agricultura familiar e na superação da pobreza e das desigualdades, não era prioridade daquele governo (pós-golpe).

Ainda assim, pondera-se que os NEDETs deixaram um legado, uma semente a ser recultivada, que parte do trabalho feito, embora necessite de reconstrução, não foi totalmente perdido e ainda reside naqueles atores e entidades que estiveram à frente da política territorial, sendo eles um dos principais agentes que serão responsáveis pela retomada, num contexto propício, de políticas que garantam o efetivo desenvolvimento rural e o combate das problemáticas do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0612p/B0612p.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. **Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrystavk>. Acesso em: 01 jun. 2022.

COSTA, Natanaelma Silva da, *et al.* PROCESSO PRODUTIVO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: SABERES, PRÁTICAS E ARTES NO TERRITÓRIO DA MATA SUL, PARAÍBA, BRASIL. *In*: Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural: Mudanças globais e locais e suas implicações para as dinâmicas de desenvolvimento territorial, III, 2016, Brasília. **Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural**.

Brasília, 2016. p. 01-06. Disponível em: https://www.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/artigos/artigo_re_te_natanaelma-costa.pdf/view. Acesso em: 10 jan. 2022.

COSTA, Natanaelma Silva da, *et al.* REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO TERRITÓRIO DA ZONA DA MATA SUL – PB. *In: Colóquio Interno de Estudos Agrários e Culturais - CINESTAR, II, 2015, João Pessoa. Anais Eletrônicos do II CINESTAR.* João Pessoa, 2015. p. 01-09. Disponível em: <https://www.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/artigos/artigo-cinestar-452.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CRUZ, Rosiane Barboza da, *et al.* ESTUDO SOBRE A VISIBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER NO TERRITÓRIO ZONA DA MATA SUL. *In: Colóquio Interno de Estudos Agrários e Culturais - CINESTAR, II, 2015, João Pessoa. Anais Eletrônicos do II CINESTAR.* João Pessoa, 2015. p. 01-10. Disponível em: <https://www.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/artigos/artigo-cinestar-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CRUZ, Rosiane Barboza da, *et al.* MULHERES EM BUSCA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA TERRITORIAL NA MATA SUL DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL. *In: Seminário Internacional de Direitos Humanos: Desafios e perspectivas da Democracia na América Latina, IX, 2016, João Pessoa. Anais Eletrônicos do IX Seminário Internacional de Direitos Humanos.* João Pessoa, 2016. p. 01-15. Disponível em: https://www.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/artigos/artigo_rosiane_cruz_sidh.pdf/view. Acesso em: 10 jan. 2022.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Antecedentes e Evolução do Planejamento Territorial no Brasil. *In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. (org.). Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural do Brasil. Avanços e Desafios.* Brasília: IICA, 2010.

JESUS, Jômane Costa de, *et al.* A Política de Desenvolvimento Territorial do Piemonte da Borborema. *In: Encontro de Extensão da UFPB – ENEX, XVI, 2015, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XVI ENEX.* João Pessoa: UFPB, 2015. p. 01-02. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/XVIENEX/resumos.html>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. Sob à Mira dos Papéis: Cartografando significados no Quilombo Cruz da Menina, Dona Inês - PB. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL: Geografia viva desde el corazón de América Latina, XVI, 2017, La Paz - Bolívia. Anais Eletrônicos do XVI EGAL.* La Paz - Bolívia, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ORTEGA, Antonio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do Governo Federal. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (org.). **As políticas territoriais rurais e a articulação Governo Federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016. p. 31-54.

PEREIRA FILHO, Tarciso Botelho, *et al.* ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA BORBOREMA. In: Congresso Internacional das Ciências Agrárias, I, 2016, Vitória de Santo Antão. **Anais Eletrônicos do I COINTER**. Vitória de Santo, Antão, 2016. p. 01-12. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ejadzkt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PEREIRA FILHO, Tarciso Botelho; PEREIRA, Priscila Sousa; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDET): TERRITÓRIO RURAL PIEMONTE DA BORBOREMA. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA: Ajuste Espacial x Soberania (s): A multiplicidade de lutas e estratégia de reprodução no campo, XXIII, 2016, Aracajú. **Anais Eletrônicos do XXIII ENGA**. Aracajú, 2016. p. 01-15. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/anais.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

RODRIGUES, F. Políticas Públicas Territoriais, Arranjos Institucionais e Direitos Difusos. In: Congresso Internacional em Direitos Humanos - CIDH, XII, 2015, Campo Grande. **Anais Eletrônicos do CIDH**. Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco, 2015. v. I. p. 142-157. Disponível em: <https://site.ucdb.br/ucdb-e-voce/2/editora-ucdb/3137/kskayqn>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira; COSTA, Natanaelma Silva da; MARINI, Filipe Silveira. TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Uma Análise do Proinf no Território da Cidadania da Zona da Mata Sul, Paraíba, Brasil. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA: Ajuste Espacial x Soberania (s): A multiplicidade de lutas e estratégia de reprodução no campo, XXIII, 2016, Aracajú. **Anais Eletrônicos do XXIII ENGA**. Aracajú, 2016. p. 01-16. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/anais.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SILVA, Maria José da; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. Quilombo: Diálogos e aproximações conceituais no território de Cruz da Menina, Dona Inês - PB. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária e Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA, VIII e IX, 2017, Curitiba. **Anais Eletrônicos do IX SINGA**. Curitiba, 2017. p. 01-16. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxhbbu9>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estavane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 207-222.

VIEIRA, Rute; GOMES, Maria de Lourdes Saturnino; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

(PNAE) NO TERRITÓRIO PIEMONTE DA BORBOREMA-PB. *In*: Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA: Ajuste Espacial x Soberania (s): A multiplicidade de lutas e estratégia de reprodução no campo, XXIII, 2016, Aracajú. **Anais Eletrônicos do XXIII ENGA**. Aracajú, 2016. p. 01-16. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/anais.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

Contato com o autor: netovitorino3@gmail.com

Recebido em: 27/03/2023

Aprovado em: 14/12/2023

ⁱ Os NEDETs foram criados em 2015, mas, na verdade, os primeiros surgiram em 2013, em função de uma parceria entre a SDT e o CNPq, que, juntos, realizaram um projeto-piloto que implementou 11 NEDETs em oito Estados, servindo de base metodológica a ser aplicada na chamada pública de 2014.

ⁱⁱ O Colegiado se reunia, no mínimo, duas vezes ao ano, por meio de uma Plenária Geral que tratava de reuniões, propostas, projetos, decisões, oficinas e ações. Não cabia ao NEDET, portanto, tomar decisões frente ao território, mas sim, articulá-lo diante dos caminhos e decisões a serem tomados.

ⁱⁱⁱ Os comitês e câmara formados, a partir dos grupos temáticos, foram espaços de discussão que se dedicaram a temas específicos que possuíam importância significativa para o desenvolvimento do Território.

^{iv} A título de exemplo, citamos as oficinas desenvolvidas pelo Comitê de Povos e Populações Tradicionais com o apoio do NEDET: Território e Cartografia social: as representações sociais e as relações de poder; e Histórico dos quilombolas no Brasil, Identidade e Memória na Comunidade de Cruz da Menina. Ambas as oficinas foram realizadas na comunidade quilombola Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês – PB. (MARQUES, 2017; SILVA; MARQUES, 2017).

^v Os grupos temáticos do TCZMS eram compostos pela Câmara Temática de Inclusão Produtiva e pelos Comitês Setoriais de Educação e Cultura, Povos e Comunidades Tradicionais, Juventude, Pesca e Aquicultura, Gestão ambiental, Mulheres.

^{vi} É uma prática que visa promover a troca de experiências, conhecimentos e técnicas entre agricultores, comunidades ou associações de agricultores, a partir do contato com a realidade do outro.

^{vii} Este quadro traz uma síntese das atividades formativas que julgamos mais importantes entre as tantas outras realizadas pelo NEDET do TCZMS. Tratar de todas seria, aqui, inviável, em função do quantitativo exacerbado de atividades e da necessidade de um aprofundamento maior na análise do trabalho feito pelo NEDET.